

AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, UM ESTUDO DA DÉCADA DE 80 COM O FIM DA GUERRA FRIA E A NOVA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA MUNDIAL¹

Veranice Bohn², Mateus Dalmáz³

Resumo: O presente artigo procura trazer as teorias das relações internacionais que, na visão de Marinho (2008), são os modelos Idealista, Realista, Marxista, Liberal, Transnacional e a Dependente, mostrando seus conceitos e características. Analisaremos, na década de 80, a crise na Rússia levando à sua queda e à do regime socialista, provocando o fim da Guerra Fria. Com isso, analisaremos também o fim da bipolarização hegemônica das superpotências entre os Estados Unidos e a Rússia, o fim do poder entre estes dois grandes países, e o início da multipolarização do poder com o surgimento do novo capitalismo.

Palavras-chave: Teoria das relações internacionais. Guerra Fria. Fim do Socialismo. Bipolarização do poder econômico.

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas repercutiram no sistema internacional. O século XX foi a era das modificações em informática, tecnologia, com catástrofes humanas e climáticas, de conquistas e destruições de sociedades. Tornou-se relevante, portanto, analisar as mudanças das características das relações internacionais com o fim da Guerra Fria (1947-1991) e início de uma nova ordem internacional marcada pelas transformações anteriormente comentadas.

No início, o estudo das relações internacionais se concentrava nas análises militares e nas guerras. No entanto, após a II Guerra Mundial (1939-1945), com a bipolarização do poder global do sistema internacional dividido entre os Estados Unidos e União Soviética, as relações internacionais se tornaram mais complexas, exigindo maior compreensão dos novos fatores, como as empresas multinacionais e as organizações não governamentais. Inicialmente, o estudo das relações internacionais concentrava-se no papel do Estado como único agente vivo da política externa e da estratégia de poder de uma nação, mas a crescente influência de outros atores que não o Estado tem permitido a reflexão sobre o papel dessas organizações internacionais.

Nesse sentido, a análise das relações internacionais apresenta, na visão de Marinho (2008), diversas teorias que explicam as estratégias de política internacional que serão apontadas neste artigo.

O presente artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, são apontados os modelos teóricos das relações internacionais. Na segunda, são descritos o fim da Guerra Fria e a

1 O presente artigo busca obter título de Pós-Graduação em Relação Internacional Ênfase em Negociação Internacional.

2 Bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário UNIVATES – 2000, Lajeado-RS.

3 Especialista em Cenários Econômicos e Estratégias para Tomada de Decisões pelo Centro Universitário UNIVATES – 2004, Lajeado-RS. Orientador.

queda do socialismo da Rússia. Na terceira parte, são vistos o fim da bipolarização entre os Estados Unidos e a União Soviética e o novo capitalismo emergente.

O estudo das relações internacionais aqui proposto, especialmente das características da nova ordem internacional pós-Guerra Fria, será feito a partir de um exame bibliográfico, abordando as teorias das relações internacionais e o fim da Guerra Fria.

MODELOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O século XIX foi bastante conturbado, com guerras entre países buscando liderança no poder econômico, registrando uma hegemonia europeia nas decisões da sociedade, política e economia internacional. Essa hegemonia foi substituída pela ascensão dos Estados Unidos, já no século XX, após as duas guerras mundiais. Na segunda metade daquele século, as transformações foram fruto da internacionalização da economia e do surgimento das organizações internacionais governamentais e não governamentais, que passaram a dividir com os Estados o papel da responsabilidade da ordem mundial. As principais instituições foram a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo Marinho (2008), existem várias teorias sobre relações internacionais surgidas nas universidades americanas e europeias. Três correntes de pensamento predominam: primeiro, a idealista, propulsora do pensamento pacifista; segundo, a realista, examinadora da luta de poder na sociedade internacional; terceiro, a marxista, difusora do estudo das relações sociais e da expansão do modo de produção capitalista estendido no cenário internacional.

Na sequência da corrente idealista, surgiram as teorias liberais e neoliberais, como o modelo transnacional, interpretando a importância da economia política como fator importante das relações internacionais. Segundo Marinho (2008), o modelo transnacional compreende a sociedade internacional formada entre as diversas forças internacionais, e o modelo liberal nas ideias de livre comércio.

Segundo Marinho (2008), o modelo idealista compreende a busca da construção de um mundo pacifista na visão internacional. Seu princípio básico está centrado na paz universal, sugerindo uma articulação transnacional em favor do sistema internacional, universal e integrado para manter a paz entre os países. Segundo Marinho (2008), as características deste modelo são:

- a) caracteriza-se por um pensamento idealista, utópico; b) o pensamento utópico está ligado ao voluntarismo, ou seja, acredita na possibilidade de, mais ou menos radicalmente, rejeitar a realidade e substituí-la por uma utopia; c) o utópico fixa seus olhos no futuro e pensa em termos de criatividade espontânea; d) rejeita a sequência causal e se priva do entendimento da realidade que está tentando transformar; e) acredita em um cenário pacifista; f) defende interesses coletivos e pensa em função do “deve ser” (MARINHO, 2008, p. 61).

Esse modelo predominou nas duas grandes guerras mundiais e o seu objetivo era evitar uma nova guerra. Seu grande defensor foi o presidente dos Estados Unidos, Thomas Woodrow Wilson, propagando a paz ao invés da guerra por meio dos “14 pontos da Paz” escritos ao final da I Guerra Mundial (1914-1918).

O modelo realista, conhecido como o modelo tradicional da teoria das relações internacionais, está ligado às duas guerras mundiais e à Guerra Fria. Segundo Marinho (2008), para os realistas, o dado fundamental explicativo do sistema internacional é o uso da força militar por parte dos Estados, o que dá ao sistema internacional um caráter anárquico na qual predominam as relações de força.

Nesse modelo, os Estados são considerados como os atores principais nas relações internacionais. Segundo Marinho (2008), agem de acordo com os interesses nacionais, visando ao poder, e o seu comportamento na política é sempre racional e buscando os interesses nacionais. O autor cita as premissas mais comuns deste modelo:

- 1- A anarquia, ausência de autoridade suprema.
- 2- A Sobrevivência é o próprio interesse nacional supremo.
- 3- O poder, os realistas consideram como elemento central das Relações Internacionais, conceituado como a capacidade do Estado em assuntos de política, militar, econômico e tecnológico.
- 4- A autoajuda está associada à ideia de que nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência (MARINHO, 2008, p. 68-69).

Marinho (2008, p. 70-71) expõe as características do modelo realista: “a) O ambiente internacional é de conflito e anárquico, b) O Estado possui legitimidade para fazer o uso da força, c) O Estado é o ator central nas Relações Internacionais, d) A política interna difere da política externa do Estado, e) A racionalidade das escolhas para a política externa”.

O Modelo Realismo Moderno ou não realista, segundo Marinho (2008), defende que a preservação do interesse dos Estados é mantida por meio da política e do poder. Que os interesses nacionais dos Estados, na visão dos realistas modernos, continuam a representar relevantes posições, pois cada vez mais o mundo tende a ir para a padronização internacional da economia, que é a globalização.

Já no que diz respeito ao modelo marxista, segundo Marinho (2008), Karl Marx não escreveu, na sua obra *O Capital*, aspectos voltados para as relações internacionais, mas algumas ideias de seu pensamento podem ajudar nos estudos da área: o capitalismo associado à forma de organização da produção de bens; o capitalismo como formação histórica e não pelo lado do racional; o processo de produção era baseado na mão de obra burguesa, que defendia a ação do Estado para assegurar a estabilidade econômica.

As características do modelo marxista, segundo Marinho (2008, p. 74), são: “a) A construção marxista apresenta em sua base considerações sobre o espaço internacional; b) A política externa de um Estado é decorrente da estrutura socioeconômica adotada internamente; c) A política externa de um Estado é resultado dos interesses burgueses”.

Por outro lado, Adam Smith foi o pensador do modelo liberal. Economista, em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776) defendia o livre comércio, falando das vantagens absolutas do comércio internacional e que a economia, a política e a sociedade tornam o indivíduo um elemento central da História. Segundo Marinho (2008), os liberais não compartilham todas as ideias sobre as relações internacionais, mas defendem a não intervenção do governo na economia.

O modelo liberal sofreu várias crises, a mais profunda foi a de 1929, que abalou toda uma sociedade, gerando depressão e desemprego em toda a Europa e nos Estados Unidos, chegando também na América Latina. Desde então, algumas ideias protecionistas foram defendidas, com intervenções na economia, pelo economista J. M. Keynes e com as revoluções socialistas na Rússia (1917) e na China (1949). Durante a Guerra Fria (1947-1991) as ideias do modelo realista eram consideradas as únicas capazes de explicar este fenômeno, de um lado o poder do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e do outro o poder do bloco socialista liderado pela União Soviética. Segundo Marinho (2008), os liberais reconhecem que o estado de conflito predominante no sistema internacional é uma ameaça à liberdade e se faz necessário que o Estado intervenha na política externa para manter a paz mundial, pois a liberdade do comércio é importante porque a guerra prejudica a atividade econômica.

Na América Latina, o modelo liberal ficou conhecido por meio do Consenso de Washington, que tratava da importância das adaptações da região aos benefícios da globalização. A globalização

impôs para os países latino-americanos a ideia de que o modelo liberal era a melhor forma de receber apoio dos países dominantes.

O modelo transnacional, por sua vez, surgiu nos anos 1970 como alternativa aos realistas. Passou a ter na análise teórica uma incorporação das mudanças marcantes no mundo, como o crescimento da economia japonesa e da Europa Ocidental e a relativa perda da hegemonia dos Estados Unidos na economia, a descolonização, o Terceiro Mundo, a aceleração do processo de transnacionalização da economia. Segundo Marinho (2008), este modelo, então, reflete mudanças na ordem do sistema internacional de poder e de papéis dos atores. Conforme Arraes (2004), a globalização trouxe a extinção progressiva das fronteiras políticas por meio dos processos produtivos mundiais e a irrestrita circulação de capitais.

O modelo dependentista, de outro modo, aborda o subdesenvolvimento e a consolidação da hegemonia econômica dos Estados Centrais. Surge como uma crítica dos conceitos sobre desenvolvimento, que ignoravam as condições sociais, econômicas, políticas e culturais locais. Segundo Marinho (2008), citando Gilpen (2002), os teóricos da dependência sustentam que o subdesenvolvimento deve-se às forças externas do sistema capitalista internacional e não das políticas seguidas pelos próprios países em desenvolvimento, pois, tanto o subdesenvolvimento quanto o desenvolvimento resultam da expansão do capitalismo internacional. A teoria da dependência desenvolveu-se nas décadas de 1960 e 70, e procurava explicar as causas do subdesenvolvimento na América Latina. Segundo Marinho (2008), citando Furtado (1974), o processo de industrialização da América Latina e do Brasil criou uma dependência cultural, tendo em vista que esse processo levou à copia dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, gerando laços de dependência crescentes, surgindo grandes empresas multinacionais, voltadas para o mercado, produzindo bens de consumo duráveis.

O FIM DA GUERRA FRIA E O COLAPSO DO SOCIALISMO SOVIÉTICO

A Guerra Fria começou a enfraquecer durante a década de 1980. Em 1989, a queda do muro de Berlim foi o ato simbólico que decretou o encerramento de décadas de disputas econômicas, ideológicas e militares entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Na sequência deste fato, ocorreu a reunificação das Alemanhas Ocidental e Oriental.

Segundo Vizontini (2000), a crise nos países socialistas funcionou como um catalisador do fim da Guerra Fria. Os países do bloco socialista, incluindo a URSS, passavam por uma grave crise econômica na década de 1980. A falta de concorrência, os baixos salários e a falta de produtos causaram uma grave crise econômica. A falta de democracia também gerava uma grande insatisfação popular.

No começo da década de 1990, o presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, começou a implementar a Glasnost (reformas políticas priorizando a liberdade) e a Perestroika (reestruturação econômica). A URSS estava pronta para deixar o socialismo, rumo à economia de mercado capitalista, com mais abertura política e democrática. Na sequência, as diversas repúblicas que compunham a União Soviética foram retomando sua independência política. Futuros acordos militares entre Estados Unidos e Rússia garantiriam o início de um processo de desarmamento nuclear. Conforme cita Vizontini (2000, p. 179):

A nova liderança desencadeou, no plano interno, uma política de descentralização e abertura política e econômica. Fomentou-se a ampliação de um setor mercantil e maior associação ao capital estrangeiro. No âmbito internacional, Gorbachov desencadeou uma ofensiva diplomática em prol da paz e do desarmamento, oferecendo propostas concretas e desencadeando intensa campanha de propaganda, quando Reagan iniciava seu segundo mandato.

Na década de 1990, sem a pressão soviética, os outros países socialistas (Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, entre outros) também foram implementando mudanças políticas e econômicas no sentido do retorno da democracia e engajamento na economia de mercado. Portanto, a década de 1990 marcou o fim da Guerra Fria e também da divisão do mundo em dois blocos ideológicos. O temor de uma guerra nuclear, as disputas armamentistas e ideológicas também foram sepultadas.

Na década de 1970, na Rússia, houve uma crescente presença internacional e um aumento do nível de vida da população, levando a alterações na economia da URSS. Segundo Vizentini (2000), na segunda metade dos anos 1970, o crescimento da economia foi tão grande que alcançou seu limite, iniciando assim a nova Guerra Fria, ajudando a reestruturar as economias capitalistas avançadas, em relação às quais a URSS estabeleceu vínculos comerciais, financeiros e tecnológicos.

Mikhail Gorbachev assumiu o governo da URSS em 1985, desencadeando uma gestão descentralizada com abertura política e econômica. No âmbito internacional, Gorbachev assumiu a diplomacia de paz e do desarmamento. Com a abertura da economia, a Rússia, segundo Vizentini (2000), visava a obter técnicas e recursos para a modernização dos setores deficitários, além disso, pretendia construir uma nova política, por meio da oferta de oportunidades de negócios numa época de reconversão e acirrada concorrência.

Segundo Vizentini (2000), a política da Perestroika tinha vários riscos de desestabilização interna. Com isso, as reformas do socialismo evoluíram para uma transição para o mercado capitalista, gerando assim o caos político-econômico da Rússia. Na visão internacional, desde 1986 a URSS melhorou seu perfil diante de outros países, por meio de acordos de desarmamento parcial e da negociação sobre a resolução política dos conflitos regionais. Com isso a visão de Gorbachev e suas mudanças faziam da Rússia não mais uma inimiga e sim uma aliada.

Segundo Vizentini (2000), o clima de liberdade na Rússia foi acompanhado do caos e da decadência econômica, criando frustrações e incertezas de crescimento que levaram a uma mobilização sociopolítica nas suas regiões e estados federalistas. Deu-se início a um estado de conflitos étnicos-nacionais, chamado por Vizentini (2008) de “salve-se quem puder”, acompanhado de um processo de privatizações. Conforme cita Vizenini (2000, p. 181):

Os efeitos internacionais da Perestroika e a facilidade com que a URSS estava sendo integrada ao sistema mundial em uma posição politicamente subordinada, levaram determinadas forças políticas a tentar conduzir a China pelo mesmo caminho.

Em março de 1991, um plebiscito aprovou uma nova federação, a União dos Estados Soberanos, não mais chamada de URSS, e sim, de USSS, levando maior autonomia às repúblicas e repartindo o controle acionário do patrimônio econômico da União entre os estados. Em agosto de 1991, por meio de um golpe de Estado, segundo Vizentini (2000), um plano mal elaborado, Boris Ieltsin assumiu de vez a presidência da USSS e, com isso, muitas repúblicas federativas pediram suas independências e apropriaram-se do patrimônio da União. No desmembramento da URSS surgiram novos países como: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldoia (eslavas); Estônia, Letônia, Lituânia (bálticas); Armênia, Geórgia, Azerbaijão (Cáucaso); Casaquistão, Usbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão (Ásia Central mulçumana). Assim, segundo Vizentini (2000), Gorbachev passou a ser visto como uma pessoa patética que assistiu impotente à queda da URSS em dezembro de 1991. O sistema capitalista, com isso, mostrou-se capaz de alterar economicamente e tecnologicamente o mundo, elaborando novos mecanismos sociais. Conforme cita Vizentini (2000, p. 206):

Os Estados Unidos continuam, assim, a manter uma vantagem significativa sobre seus aliados-rivais e mantendo a iniciativa estratégica, apesar de seu declínio relativo. Isto se deve tanto à permanência de significativo peso absoluto à vantagem militar, ao domínio sobre importantes organizações internacionais, bem como às vacilações dos demais protagonistas, pois os riscos e os custos da

construção de uma hegemonia alternativa, por parte destes, são grandes. Estes últimos preferem, então, adaptar o sistema existente.

O NOVO CAPITALISMO EMERGENTE

Nos anos 1960, os Estados Unidos foram alcançados e ultrapassados por países da Europa ocidental, como o Japão e a Alemanha. A participação do país na Guerra do Vietnã, (1965-1970), os gastos militares com o combate ao comunismo e a crise do petróleo de 1973 fizeram com que a economia norte-americana, bem como a do ocidente, sofresse retração, passando a enfrentar problemas preocupantes de déficits orçamentários e comerciais.

O capitalismo com suas indústrias motrizes, de automóveis e de bens de consumo durável, começou a impor limites por meio da rigidez produzida pela exigência político-ideológica para garantir o pleno emprego e o aumento de salários. Com isso houve o declínio da taxa de crescimento e, conseqüentemente, do lucro. Os Estados Unidos, na década de 1990, enfrentavam uma crise fiscal que crescia e preocupava a economia. Saiu-se vencedora da disputa hegemônica com a superpotência nuclear que era a União Soviética, chegando-se a dizer que houve a substituição do mundo bipolar pelo unipolar. Conforme cita Saraiva (2007, p. 319):

Com o fim do mundo bipolar, as relações internacionais acentuaram as características de uma fase de transição. Algumas tendências descortinam nos anos 90 o que pode vir a configurar-se como uma nova ordem internacional.

Segundo Saraiva (2007), o presidente dos Estados Unidos na época, George Bush, em seu discurso de 1991 sobre o estado da União, começou a falar do conceito wilsoniano sobre uma nova ordem mundial. Contudo, não conseguia esconder as marcas que seria o seu declínio econômico. Logo novas potências surgiram, dentre elas o Japão e a Alemanha unificada. Estes países disputavam a supremacia no terreno mais importante da estratégia moderna, o da mão de obra.

Segundo Saraiva (2007), a era Reagen e o liberalismo tinham inserido os Estados Unidos na maior nação mundial, mas a base social e material da dominação norte-americana fez parecer que tinha feito sucesso como potência ocidental por meio de um capitalismo austero, feito de poupança e renúncia ao consumo e à troca de investimentos e acumulação. Com isso, segundo Saraiva (2007), a Ásia começou a aparecer como a nova Meca do capitalismo, usando práticas manchesterianas na organização social da produção e virtudes calvinistas na decisão ao trabalho. Conforme o autor, a nova Ásia Oriental, que surgia depois da Guerra Fria, destacava-se no comércio e nos investimentos, e menos em tecnologia e práticas científicas. As transformações econômicas e políticas da época iriam impactar futuramente nas relações internacionais, introduzindo problemas do tipo estratégico. Conforme cita Saraiva (2007, p. 318):

A distensão entre Estados Unidos e União Soviética tomou novos rumos desde o diálogo iniciado sob o governo Reagan em 1984 e impelido decididamente pelo líder soviético Gorbachov a partir do ano seguinte. Entre 1987 e 1991, inúmeros acordos de desarmamento entre os dois países puseram seguramente um fim à Guerra Fria e uma nova ordem parecia vislumbrar-se quando Yeltsin foi escolhido pelo governo norte-americano como herdeiro do Gorbachov, porque se dispunha a acabar com o socialismo e aceitar a independência das repúblicas que integravam a União Soviética.

A China, formalmente ainda socialista, ou semicapitalista, é o único país que luta pela legitimidade política derivada do regime comunista. Com taxas de crescimento impressionantes na região da Ásia-Pacífico, superou o modesto desempenho da Europa durante os anos 1980 e início dos 1990, rivalizando com a Europa como ator internacional. Conforme Saraiva (2007), da época da "euroesclerose", antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE), ao "euro-otimismo" dos primeiros

anos da União Europeia, a Europa vivenciou vários cenários de prospectivas mudanças, desde o fim da Guerra Fria até a multipolaridade dos países. Seu principal capital ainda se concentra na excelência dos recursos humanos e na qualidade da mão de obra.

Os anos 1990 também foram caracterizados por regionalismos, com formações de blocos econômicos, sob a forma de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns, lançando um ambicioso programa de eliminação de todos os entraves à constituição de um vasto mercado unificado. Com o fim do mundo bipolar, segundo Saraiva (2007), as relações internacionais entraram numa fase de transição, período de dificuldades e de indefinições que o mundo enfrentou nos anos 1990.

Para as grandes potências, segundo Saraiva (2007), diminuiu a coesão entre os polos do Ocidente. Estados Unidos, Europa e Japão se guiaram por mais percepções dos interesses internos do que de aliança trilateral. A Europa, que aguardava pela paz do leste e das relações entre a Rússia e as ex-repúblicas soviéticas, tinha como tendência a nacionalização da segurança e o protecionismo do bloco. Os Estados Unidos, segundo Saraiva (2007), emergindo da Guerra Fria como a única superpotência global, não tinham condições de estruturar ou não queriam ficar sozinhos para suportar a nova ordem política mundial que estava para acontecer, por isso a sua aliança com a Rússia (criando o G7 e mais tarde o G8).

No mundo pós-Guerra Fria, a política mundial se tornou multipolar e multicivilizacional, não mais havendo a divisão da hegemonia entre Estados Unidos e Rússia, que durante muito tempo predominava, sendo os contatos entre as civilizações feitos intermitentemente ou inexistiam.

Segundo Huntington (2010), as nações ocidentais se expandiram, conquistaram, colonizaram outras civilizações ou nelas influíram de forma decisiva. Durante a Guerra Fria, a política mundial tornou-se bipolar e o mundo foi dividido em duas partes, sendo elas: um grupo de sociedades em sua maioria ricas e democráticas, lideradas pelos Estados Unidos, engajado na competição ideológica, política, econômica e militar; um grupo de sociedades comunistas um tanto mais pobres associadas à União Soviética e por ela lideradas. Grande parte desse conflito ocorreu no terceiro mundo, países na maioria pobres, carentes de estabilidade política e recentemente independentes e não alinhados. Conforme cita Huntington (2010, p. 23):

No final da década de 80, o mundo comunista desmoronou e o sistema internacional da Guerra Fria virou história passada. No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem encarar: quem somos nós? E estão respondendo a essa pergunta da maneira pela qual tradicionalmente a respondem – fazendo referência às coisas que mais lhes importam. As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Elas se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, em nível mais amplo, civilizações.

Após a Guerra Fria, segundo Huntington (2010), os agrupamentos mais importantes de Estados não eram mais os blocos da Guerra Fria, mas sim sete ou oito civilizações principais do mundo: “Henry Kissinger observou que o ‘sistema internacional do século XXI, contará pelo menos com seis potências principais – os Estados Unidos, a Europa, a China, o Japão, a Rússia e provavelmente a Índia – bem como uma multiplicidade de países de tamanho médio e menor” (HUNTINGTON, 2010, p. 24).

Segundo Huntington (2010), nesse mundo novo, a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações, a rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações. Contudo, o mundo pós-Guerra Fria é um mundo de sete ou oito civilizações principais. Os interesses são os aspectos comuns e as diferenças. Os padrões predominantes de desenvolvimento político e econômico diferem de uma civilização para outra, envolvendo

diferenças entre civilizações. O poder está se deslocando da civilização ocidental, que há tanto tempo predomina, para as civilizações não ocidentais. A política mundial tornou-se multipolar e multicivilizacional.

Para Lohbauer, a era pós-União Soviética ficou marcada pelo renascimento de um nacionalismo conturbado, como antigamente visto pelas rivalidades históricas. Aponta as novas guerras como os Bálcãs, Croatas, Sérvios e Bósnios que mostraram um conflito cheio de selvageria. Também o Oriente Médio, com a Guerra do Golfo de Saddam Hussein em 1991 e 1992, foi abalado por uso autoritário e oportunista.

O século XX terminou no início dos anos 90, como diz Lohbauer (2005), “que a partir da Guerra do Golfo de 1991 começou o século XXI, onde não há mais confronto ideológico ou geoestratégico mundial”. Mas esta nova era internacional que começou a partir dos anos 90, será estudada daqui alguns anos e terá uma nova definição para a civilização mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o estudo das relações internacionais ocupa-se de conflitos de gerações, de civilizações e de poder. São conflitos como as duas grandes Guerras Mundiais, que abalaram toda uma civilização. Contudo as grandes potências, como a Rússia e os Estados Unidos, não sucumbiram com o término dos conflitos, continuaram a ser os donos do poder na era do mundo bipolar. Com o fim da Guerra Fria e do Socialismo, com a queda da União Soviética, teve início a ascensão do capitalismo. A globalização tomou conta do mundo e seus efeitos começaram a aparecer. O desemprego tornou-se estrutural, como está acontecendo em países de crescimento econômico, além disso, há uma diminuição de postos de trabalho, que geralmente se dá em setores de ponta que empregam tecnologia avançada.

Com efeito, a renda da população ativa começou a baixar, com a ausência do emprego surgiu uma violenta exclusão social, em que várias pessoas não possuem mais espaço dentro da economia capitalista, trazendo consequências como o desaparecimento de mercados e produz reações adversas por parte da população perdedora.

Os conflitos atuais mobilizam forças para os desafios presentes, como os confrontos de um sistema mundial para o início do novo milênio, que provavelmente será de luta pelo controle do poder e da sociedade. Os efeitos desagradáveis da revolução tecnológica sobre a produção, a sociedade e as relações internacionais representarão um desafio para as novas décadas que surgirão, enquanto vivemos a instabilidade política e econômica das superpotências.

REFERÊNCIAS

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LOHBAUER, Christian. **História das relações internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARINHO, Henrique Jorge Medeiros. **O estudo das relações internacionais: teorias e realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Historia das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do século XX**. 2. ed. Porto Alegre: Novo Século, 2000.